



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638473 - BA (2021/0000943-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ELISEU SOARES PATROCINIO FILHO
ADVOGADO : ELISEU SOARES PATROCINIO FILHO - BA062611
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : E DOS S R (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de E. DOS S. R. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8031425-93.2020.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 213, c/c o art. 226, II, e o art. 216-A (por 8 vezes); e no art. 216-A, § 2º, todos do Código Penal.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a revogação da custódia cautelar do paciente, a fim de diminuir as consequências advindas do contágio do vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que o acusado encontra-se em grave situação de risco, visto que sofre de lombalgia crônica, hemorroidas, hiperplasia prostática benigna, hérnia de hiato e hérnia inguinal à esquerda, preenchendo os requisitos para ser beneficiado com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, ainda que mediante outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da

Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve a segregação cautelar do paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 34-36):

No caso dos autos, inexistem elementos que comprovem a absoluta necessidade de revogação da prisão preventiva por este fundamento, uma vez que não há comprovação de que na unidade prisional onde se encontra recolhido inexistia equipe médica habilitada ao tratamento de eventual infecção pelo COVID-19, nem que o paciente esteja inserido em grupo de risco (não há documentos juntados à peça exordial que possua o condão de atestar a enfermidade específica).

Isto porque, conforme se vê da análise acurada dos documentos acostados, os referidos Laudos Médicos (ID 10953962, p. 01/02) encontram-se ilegíveis e as requisições acostadas (ID 10953970, p. 01/03) não são capazes de comprovar quaisquer enfermidade importante – somente a necessidade de maiores investigações acerca da saúde do Paciente.

ii) Não foram colacionadas notícias nos autos da existência de casos confirmados no estabelecimento penal em que o Paciente está custodiado.

Como dito alhures, não restou devidamente demonstrada a efetiva impossibilidade de o estabelecimento prisional providenciar os cuidados necessários à saúde do paciente. Pelo contrário. As requisições médicas acostadas atestam a plena capacidade de atendimento da Unidade Médica do Complexo, como bem ressaltado pelo juiz de primeiro grau em sua decisão denegatória:

Ademais, consoante se pode verificar da documentação apresentada pelo acusado, o mesmo tem sido atendido pela Unidade Médica do Complexo Penal, inclusive com prescrição adequada ao seu quadro clínico e solicitação de exames, inexistindo qualquer negativa por parte da unidade prisional de encaminhá-lo a atendimento externo. (sic. ID. 10953958, p. 02) (g.n).

Desse modo, a ausência de fatos concretos que justifiquem a revogação da medida cautelar imposta, indubitavelmente, obsta a concessão da ordem. Nesse sentido:

[...]

Diante do exposto, forçoso concluir que o Paciente não conseguiu demonstrar o preenchimento de qualquer dos requisitos necessários para concessão da ordem em razão do COVID-19, sendo a denegação da ordem, também neste aspecto, medida que se impõe.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente